



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



Calcard S.A. - Instituição de Pagamento

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
*Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

Relatório da Administração

A Calcard S.A. Instituição de Pagamento (“Calcard”), é uma sociedade anônima, de capital fechado, focada no ramo de administração de cartão de crédito. A Calcard emite cartões com a bandeira própria, que são aceitos nas lojas Studio Z, e com a bandeira da Visa, aceitos em milhares de estabelecimentos comerciais credenciados.

Em 27 de novembro de 2024, a Calcard foi autorizada a funcionar como instituição de pagamento pelo Banco Central do Brasil (BACEN), podendo atuar nas modalidades de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. Essa autorização representa um marco significativo para a Companhia, consolidando sua posição no setor financeiro e ampliando suas oportunidades de crescimento e inovação.

Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico do exercício de 2025 manteve-se desafiador, com inflação persistente e taxas de juros em patamares elevados, impactando diretamente o custo do crédito e o consumo das famílias. Apesar disso, a atividade econômica apresentou crescimento moderado, sustentado pela resiliência do mercado de trabalho e pela continuidade da demanda em setores essenciais. Esse ambiente reforçou a importância do cartão de crédito como meio de pagamento e instrumento de acesso ao consumo, exigindo das administradoras maior disciplina na originação, rigor no controle de inadimplência e fortalecimento da gestão de riscos. Nesse contexto, a Calcard manteve sua estratégia de equilíbrio entre rentabilização e prudência, preservando a qualidade de sua carteira e a solidez de suas operações.

Desempenho Operacional

A carteira de cartões totalizou R\$283.168 em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$37.782 pelo *Private Label* STZ Shop (Cartões com a bandeira própria, que são aceitos exclusivamente nas lojas Studio Z) e R\$245.386 pelo cartão bandeirado Visa. O resultado do exercício de 2025 foi um lucro de R\$21.085 influenciado principalmente pelo fortalecimento da integração com o varejo do Grupo STZ, estimulando maior utilização do cartão entre clientes recorrentes e de bom comportamento de crédito. Além disso, a Companhia avançou em iniciativas de rentabilização por meio do aprimoramento do CRM, ampliou a digitalização com novas funcionalidades no aplicativo e consolidou parcerias estratégicas com bureaus de crédito, visando maior eficiência nas jornadas e modelos de análise. Essas ações resultaram em crescimento das receitas de anuidade e de intercâmbio, além de maior participação dos canais digitais nas vendas, refletindo o contínuo fortalecimento da estratégia de inovação, eficiência e sustentabilidade dos negócios.

Investimentos

Durante o exercício de 2025, a Calcard não realizou investimentos em participações, desta forma, não possui dados a serem divulgados relacionados a sociedades coligadas e/ou controladas.



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
*Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

Perspectivas

Para o ano de 2026, a Calcard pretende continuar a expansão do portfólio de serviços financeiros, fortalecendo a análise de dados para otimização da concessão de crédito e aprimorando a experiência do cliente. Além disso, a empresa buscará novas parcerias estratégicas para aumentar a penetração no mercado e consolidar a posição como referência em serviços financeiros no varejo.

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social da Calcard prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos, após efetuadas as deduções legais e a constituição de reservas legais, sendo o saldo remanescente podendo ser 100% destinado a Reserva de Lucros - Estatutária.

Auditoria Independente

A Calcard possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos a auditoria independente relativos ao exercício de 2025 montam R\$238.

Agradecimentos

A Calcard S.A. Instituição de Pagamento agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento no exercício de suas funções e aos seus clientes e parceiros de negócios pela confiança depositada.

Administração



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Calcard S.A. - Instituição de Pagamento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calcard S.A. - Instituição de Pagamento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de abril de 2025, sem ressalvas.

www.pwc.com.br

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rodovia José Carlos Daux (SC-401), 4120, Sala 302,
Primavera Office, Florianópolis, SC, Brasil, 88052-401
T: +55 (11) 4004-8000



Calcard S.A. - Instituição de Pagamento

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 5 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independientes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Assinado por: DANIEL NAVES MARTELETTI-062609728
CPF: 06260972800
 cargo: Engenheiro de Lider
Data/Hora de Assinatura: 05 de março de 2020 | 15:59:08

Erreitor: AC Carriage RFB D6
BANC20081A00A00...

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5

Calcard S.A. – Instituição de Pagamentos
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Disponibilidades	4	13	Passivos financeiros		302.517
			Passivos financeiros ao custo amortizado		
Ativos financeiros		363.683	Obrigações por empréstimos	12	14.011
Ativos financeiros ao custo amortizado		363.683	Obrigações por transações de pagamento	13	288.506
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	9.829			
Títulos e valores mobiliários	5	84.307	Outros passivos		47.296
Valores a receber relativos a transações de pagamento	6	283.099	Sociais e estatutárias	14	1.059
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(13.552)	Obrigações fiscais e previdenciárias	15	10.651
			Credores diversos	16	33.564
Ativos fiscais diferidos	7	31.445	Provisões para contingências	17	2.022
Créditos tributários		31.445			
Outros ativos	8	34.837			
Investimentos	9	5.540			
Investimentos em controladas		5.540			
Imobilizado de uso, líquido	10	875	Patrimônio líquido	18	96.777
			Capital social		56.834
Intangível, líquido	11	10.197	Reservas de lucros		39.943
			Lucros acumulados		-
Total do ativo		446.590	Total do passivo e patrimônio líquido		446.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5

Calcard S.A. – Instituição de Pagamentos

Demonstração do resultado

Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Receitas e (despesas) financeiras		5.851	9.984
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		3.582	6.010
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.796	7.216
Despesas com empréstimos		(1.527)	(3.242)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(417)	(2.161)
Resultado bruto operacional		5.434	7.823
Outras receitas e (despesas) operacionais		4.647	21.022
Receitas de serviços de pagamentos e outros serviços	19	34.234	82.432
Despesas de pessoal	20	(16.724)	(31.719)
Despesas administrativas	21	(23.313)	(45.260)
Despesas tributárias	22	(4.511)	(10.267)
Resultado de participações em controladas	10 (a)	3.242	8.097
Outras receitas/despesas operacionais	23	11.719	17.739
Outras receitas/(despesas) não operacionais		(462)	(700)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		9.619	28.145
Imposto de renda e contribuição social	24	(1.587)	(7.060)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.174)	(5.341)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(413)	(1.719)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		8.032	21.085
Quantidade de ações do capital social		56.834	56.834
Lucro/(Prejuízo) por ação		0,1413	0,3710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5

Calcard S.A. – Instituição de Pagamentos

Demonstração de resultados abrangentes

Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2025	2025
Lucro (Prejuízo) do semestre	<u>8.032</u>	<u>21.085</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-	-
Resultado abrangente total	<u>8.032</u>	<u>21.085</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5

Calcard S.A. – Instituição de Pagamentos
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	56.834	1.614	14.115	-	72.563
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN no. 4.966/21	-	-	-	(4.972)	(4.972)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	56.834	1.614	14.115	(4.972)	67.591
Resultado do exercício	-	-	-	21.085	21.085
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	806	-	(806)	-
Reserva de lucro	-	-	15.307	(15.307)	-
Reversão/constituição de dividendos	-	-	8.101	-	8.101
Saldos em 31 de dezembro de 2025	56.834	2.420	37.523	-	96.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5

Calcard S.A. – Instituição de Pagamentos

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2025	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido	8.032	21.085
Depreciação e amortização	1.193	2.407
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	417	2.161
Provisão para passivos contingentes	925	864
Equivalência patrimonial	(3.242)	(8.097)
Imposto de renda e contribuição social diferido	413	1.719
Variações nos ativos e passivos	(3.459)	(4.942)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(8.270)	(10.556)
(Aumento)/Redução valores a receber relativos a transações de pagamento	14.235	10.293
(Aumento)/Redução em outros ativos	(16.313)	(5.026)
Aumento/(Redução) em obrigações por transações de pagamento	(53.290)	16.209
Aumento/(Redução) em outros passivos	60.179	(15.862)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	4.279	15.197
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	1.424	-
Aquisição de ativo intangível	(3.902)	(4.070)
Recebimento de dividendos de empresa controlada	-	8.000
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(2.478)	3.930
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal e juros	(6.357)	(12.281)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(6.357)	(12.281)
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.556)	6.846
Caixa e equivalente de caixa no início do período	14.298	2.996
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	9.842	9.842
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(4.456)	6.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Calcard S.A. – Instituição de Pagamentos (“Calcard” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima, de capital fechado, focada no ramo de administração de cartão de crédito, cuja sede e foro localizam-se no Município de Palhoça, SC. A Companhia adotou como nome fantasia “Ouze”. A Companhia possui duas filiais localizadas em Palhoça - SC e em São Paulo – SP. Foi constituída em 10 de janeiro de 2007.

A Companhia emite cartões com a bandeira própria, que são aceitos nas lojas Studio Z, e com a bandeira da Visa, aceitos em milhares de estabelecimentos comerciais credenciados.

Seus objetivos sociais consistem em: (i) administração de cartões de crédito; (ii) promoção de vendas; (iii) correspondente bancário.

As operações de cartão de crédito são bancarizadas pela Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Calcred”), instituição pertencente ao controlador da Calcard, aprovada pelo Banco Central do Brasil para operar como instituição de crédito, financiamento e investimento. A Calcard fica apenas com a carteira sem juros e com as receitas de serviço geradas pelos usuários do cartão Ouze. A Companhia tem como controlador a Gabriela Participações e Empreendimentos S.A.

A Companhia foi autorizada a funcionar como instituição de pagamento pelo Banco Central do Brasil – BACEN, em 27 de novembro de 2024, podendo atuar nas modalidades de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador.

A Companhia detém o controle da Cal Insurance, uma corretora de seguros (“Controlada”). A Controlada tem sede e foro na cidade de São Paulo - SP e tem como objeto social a administração e corretagem de seguros de vida, seguros de capitalização, planos previdenciários, seguros de saúde, seguros de risco, seguros de benefícios, seguros de pessoas, gerenciamento de riscos, previdência complementar, saúde complementar, seguros de danos, seguros compreensivos e lucros cessantes, seguros de transportes, casos e aeronáuticos, seguro de automóveis, seguros de risco rurais e equipamentos rurais, seguros de responsabilidade civil geral, seguros de riscos de engenharia e equipamentos, empreendimentos e plano de negócios, gestão empresarial e financeira.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional, acarretando ganho de sinergia dentre as empresas do Grupo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Em razão da autorização concedida para atuar como instituição de pagamento, a partir de 27 de novembro de 2024, as demonstrações financeiras da Companhia passaram a refletir as regras contábeis definidas conforme disposto na Resolução BCB nº 02, emitida pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
*Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 02/2020. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Companhia se fundamente em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de instrumentos financeiros, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade das atividades nos próximos 12 (doze) meses.

As normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), já foram aprovadas e adotadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), foram consideradas na elaboração das demonstrações financeiras e estão listadas a seguir:

Pronunciamento	Resolução Bacen
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	BCB nº 120/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	BCB nº 120/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	BCB nº 2/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	BCB nº 2/2020
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	BCB nº 178/2022
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	BCB nº 8/2022
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	BCB nº 120/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	BCB nº 2/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	BCB nº 9/2020
CPC 28 - Propriedade para Investimento	BCB nº 170/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	BCB nº 59/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	BCB nº 2/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	BCB nº 120/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	BCB nº 120/2021

Adicionalmente, outras normas divulgados pelo Banco Central do Brasil (Bacen) que foram utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras:

Temas	Resolução Bacen
Ativo intangível	BCB nº 7/2020
Ativo imobilizado	BCB nº 6/2020
Instrumentos financeiros	BCB nº 352/2023

Conforme as diretrizes do artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, não serão apresentadas informações para fins comparativos nas demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 05 de março de 2025, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, foi autorizada a divulgação a partir dessa data.

b. Adoção de novas resoluções e impactos contábeis

i) Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023

Estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis para a) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, b) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, c) designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), e d) evidência de informações sobre instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025.

O principal impacto da adoção dos novos critérios contábeis introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para a Calcard, está relacionado com a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em contraposição ao anterior modelo de perdas incorridas. Em função dos modelos e parâmetros de cálculo da perda esperada, na data de transição, a Calcard reconheceu um aumento no valor da respectiva provisão no montante de R\$ 8.287, sendo R\$ 4.972 líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

Quanto às demais mudanças trazidas pelo novo regramento, como a classificação dos instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócio inerente, a apropriação de juros pela taxa efetiva, não foram observados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia em função da adoção inicial das normas.

ii) Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024

Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

3 Principais políticas contábeis

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2025, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6a - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- Nota Explicativa nº 7 – Ativo fiscal diferidos (realização dos créditos tributários).
- Nota Explicativa nº 17 - Provisão para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas).

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo na data da negociação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros geridos com o objetivo de obter retornos originados pelos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, bem como por vendas.
- **Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios das categorias anteriores, e para os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, ao valor justo por meio do resultado.

A classificação de ativos financeiros em uma das categorias acima depende i) do modelo de negócios dentro do qual os ativos financeiros são administrados, e ii) das características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

- **Modelo de negócio:** é determinado de forma agregada e não individual por ativo financeiro, ou seja, ele reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em

conjunto para atingir determinado objetivo de negócio quanto à realização de fluxos de caixa e gerenciamento de riscos, bem como o seu desempenho é avaliado e reportado para a Administração e os gestores são remunerados.

- **Teste SPPJ (Somente pagamento de Principal e Juros):** é a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, sem nenhum elemento que traga volatilidade aos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Um ativo financeiro se caracteriza como pagamento de principal e juros se for semelhante a uma operação de empréstimo básico, que tem como característica fluxos de caixa e contraprestações contratuais consistentes, compostas pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, custos da operação e margem de lucro. Se tal critério não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação e mensuração subsequente de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

(iv) Valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, são utilizadas premissas e dados classificados conforme a hierarquia de valor justo descrita na nota explicativa 22, privilegiando-se, contudo, cotações de preços observadas em mercados ativos dos respectivos instrumentos, quando disponíveis. A variação do valor justo dos ativos financeiros observada em cada data base de reporte, é reconhecida no patrimônio líquido para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou na demonstração do resultado, para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Calcard não possuía instrumentos financeiros avaliados a valor justo.

(v) Custo amortizado

Corresponde ao valor pelo qual o instrumento financeiro foi reconhecido inicialmente, acrescido e/ou deduzido dos custos de transação e valores recebidos na contratação, atualizado *pro rata temporis* pela taxa de juros efetiva, e deduzido das parcelas recebidas ou pagas e, no caso dos ativos financeiros, do saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No caso dos ativos financeiros, a atualização é interrompida caso o instrumento seja caracterizado como ativo problemático. Um ativo é caracterizado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou algum outro evento que indique que a operação não será integralmente honrada.

(vi) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não houver expectativa razoável de sua recuperação ou quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

Os passivos financeiros são baixados quando a obrigação original é extinta.

(vii) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia apura a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando metodologia simplificada, levando em

conta dados da contraparte e características e dados do instrumento, inclusive quanto ao histórico de adimplemento, de atrasos e de realização.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída a partir da concessão de crédito (utilização dos limites de crédito pelos titulares dos cartões), baseada na classificação de risco dos clientes e em função da análise periódica da qualidade do respectivo perfil de crédito, e não apenas quando a ocorrência da inadimplência, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas. Para isso, a Companhia, em sua análise periódica, classifica as operações em níveis de riscos a depender da data de vencimento e do número de dias em atraso, além de uma avaliação de risco individual do cliente.

Em função de sua faculdade, de forma unilateral e incondicional, de reduzir, bloquear ou cancelar limites de crédito concedidos que apresentam deterioração de perfil, utilizada no processo de gerenciamento do risco de crédito, a Companhia não apura provisão para perdas associadas ao risco de crédito sobre limites de crédito não utilizados.

A perda esperada apurada de acordo com a metodologia interna da Companhia é contabilizada pela diferença, se superior, em relação aos valores mínimos de provisão para perdas incorridas e perda adicional, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

e. Valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de cartões de crédito referem-se a transações realizadas de compras à vista ou parceladas, dos titulares dos cartões Ouze, cartões estes emitidos pela Companhia, tanto na modalidade *private label*, quanto na modalidade de utilização em compras em estabelecimentos conveniados e são mensurados pelo seu custo amortizado.

Nas transações com cartão de crédito, a Companhia transfere, de forma definitiva e sem direito de regresso, os recebíveis em atraso para a instituição financeira Calcred. Como resultado, esses valores são baixados das contas a receber, garantindo que a Companhia não possua operações de crédito vencidas em seu balanço. Dessa forma, seus recebíveis são classificados com risco de crédito A.

f. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 5 anos
- Outros: de 5 a 10 anos.

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em cinco anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

j. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Companhia reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da Companhia.

Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

k. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano, e a provisão para a contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15%, ajustado por diferenças permanentes e temporárias

Os créditos tributários e os passivos diferidos, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

l. Resultado recorrente e/ou não recorrente

A Companhia considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia, considerando seu Estatuto Social. A Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência em períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado da Companhia foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

m. Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de produto/serviço	Rubrica contábil	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Taxa de administração lojista	Receita com taxas e similares	Valor da taxa cobrada pela emissão e manutenção dos cartões de créditos definida em contratos específicos firmados entre a Calcard e a STZ, que é calculado com base no volume de faturamento.	As receitas de taxa de administração são decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e apropriadas ao resultado na data correspondente ao processamento das transações.
Tarifa de anuidade	Receita com taxas e similares	Valor de tarifa de anuidade de cartão de crédito é cobrado diretamente da fatura do cliente em 12 vezes e é uma tarifa cobrada pela prestação de serviços.	As receitas decorrentes de tarifa de anuidade são apropriadas ao resultado mensalmente no corte da fatura do cliente.
Taxa de intercâmbio	Receita com taxas e similares	Valor da taxa cobrada pela emissão e manutenção dos cartões de créditos definido em contratos específicos firmados entre a Calcard e a bandeira que é calculada com base no volume de faturamento.	As receitas de taxa de intercâmbio são decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e apropriadas ao resultado na data correspondente ao processamento das transações.
Vendas de assistências	Receita de prestação de serviços	A Calcard distribui seguros e assistências e recebe comissionamentos definidos em contratos firmados com as seguradoras.	A receita de vendas de assistências e seguros é reconhecida ao final de cada mês após apuração de todos os valores que foram cobrados nos cortes da fatura dos clientes que foram realizados naquele mês.
Renda de incentivo Visa	Receita com taxas e similares	No acordo firmado entre a Calcard e a bandeira estão previstos incentivos anuais com base no atingimento de metas vinculadas ao volume de faturamento realizado nos cartões Ouze ao longo do ano.	Seu reconhecimento no resultado é anual, após a apuração do volume realizado no período e a constatação do atingimento da meta contratual.
Tarifa de emissão de 2ª via	Receita com taxas e similares	Valor cobrado diretamente na fatura do cliente quando uma nova via do cartão for solicitada em função de perda ou extravio.	As receitas decorrentes de tarifa de emissão de 2ª via são apropriadas ao resultado mensalmente no corte da fatura do cliente.

n. Benefício a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia oferece principalmente benefícios de curto prazo.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O principal benefício oferecido é a gratificação por produtividade, em que a provisão é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. Não existem benefícios de longo prazo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Disponibilidades (i)	13
Aplicações interfinanceira de liquidez (ii)	9.829
Total	9.842

- (i) Disponibilidades são representadas por saldos depositados em contas bancárias.
- (ii) Referem-se à aplicações no mercado aberto (operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais) e possuem vencimento em até três meses da data de aplicação, sendo remuneradas de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo, cuja rentabilidade varia entre 87% e 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de títulos e valores mobiliários por categoria, tipo de papel e prazos, possuía a seguinte composição:

Custo amortizado	Até 3 meses	Até 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor de custo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	993	993
Certificados de depósitos bancários	15.290	18.047	49.977	83.314
Total	15.290	18.047	50.970	84.307

Circulante	33.337
Não circulante	50.970

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no período.

6 Valores a receber relativos a transações de pagamento

	31/12/2025
Valores a Receber relativos a transações de pagamento (i)	
Transações de compras à vista	132.229
Transações de compras "parcelado lojista" sem juros	150.870
Total	283.099
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (ii)	(13.552)

- (i) Os valores a receber relativos a transações de pagamento decorrem da utilização de limites de crédito concedidos aos titulares dos cartões de crédito (instrumento de pagamento pós-pago) emitidos pela Companhia, na realização de compras nos estabelecimentos credenciados, nas modalidades a vista ou parceladas pelos lojistas, sem juros.
- (ii) A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada mensalmente pela área de risco de crédito da Companhia, segundo o critério da metodologia simplificada definido na Resolução BCB nº 352/23, e com base em modelo de cálculo interno. A Companhia entende que o montante provisionado é suficiente para cobertura de riscos de crédito e perdas esperadas.

a. Composição dos valores a receber por segmento

	31/12/2025
PL STZ Shop (*)	37.782
Visa	245.386
Total	283.168

(*) Cartões com a bandeira própria, que são aceitos exclusivamente nas lojas Studio Z.

b. Composição dos valores a receber por tipo de cliente e atividade econômica

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos valores a receber de R\$283.168 é composto integralmente por pessoas físicas.

c. Composição dos valores a receber por vencimento

Em 31 de dezembro de 2025, dado a natureza da companhia (Instituição de Pagamento – IP) a carteira de recebíveis é composta estritamente por valores com vencimento futuro.

	31/12/2025		
Custo amortizado	Até 3 meses	Até 3 a 12 meses	Valor de custo
PL STZ Shop	37.776	6	37.782
Visa	245.371	15	245.386
Total	283.147	21	283.168

d. Concentração dos valores a receber

	31/12/2025	Percentual de participação%
1º maior devedor	162	0,06%
Dez maiores devedores seguintes	387	0,14%
Cinquenta maiores devedores seguintes	993	0,35%
Restantes dos devedores	281.626	99,46%
Total	283.168	100%

e. Composição dos valores a receber por faixa de perda apurada

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos valores a receber relativos a transações de pagamento se enquadravam na definição de Carteira 5 (C5), de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº. 352/23. As faixas de perdas adicional, esperada e total demonstradas a seguir, refletem, além os parâmetros de cálculo aplicados sobre os saldos dos valores devidos pelos titulares dos cartões à Calcard (vide nota 3.e.vii), os efeitos do procedimento de “arrasto” para níveis de perdas maiores, observadas em operações mantidas pelos mesmos clientes junto à Calcred, empresa integrante conglomerado prudencial da Companhia.

31/12/2025				
Carteira (a vencer)	% Perda Adicional	%Perda Esperada	%Perda Total	Provisão
275.149	1,90%	1,69%	3,59%	(9.883)
5.681	1,90%	34,67%	36,57%	(2.078)
1.680	7,50%	56,07%	63,57%	(1.068)
637	15,00%	64,59%	79,59%	(507)
21	38,00%	38,19%	76,19%	(16)
283.168				(13.552)

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025
Saldo 31 de dezembro de 2024	3.103
Constituição/reversão de provisão no período (i)	10.449
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.552

- (i) Corresponde ao somatório da despesa com a constituição da provisão no exercício de 2025, no valor de R\$2.161, com o montante do ajuste apurado na adoção inicial dos novos critérios de perda esperada estabelecidos pela Resolução CMN no. 4.966/21, no valor de R\$8.288, contabilizado à conta de lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

A Companhia não registrou em 2025 operações relacionadas a renegociações, reestruturações e não ocorreram recuperações de crédito ou baixas para prejuízo.



7 Ativos fiscais diferidos

a. Créditos tributários

A Companhia adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias e de prejuízo fiscal. Em 31 de dezembro de 2025, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Prejuízo fiscal	15.340	9.204	24.544
Provisões administrativas	399	190	589
Provisão processos cíveis e trabalhistas	711	427	1.138
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.234	1.940	5.174
Total	19.684	11.761	31.445

b. Detalhamento da apuração fiscal

	31/12/2025
Saldo de prejuízo fiscal	61.360
Saldo de provisões administrativas e processos judiciais	4.317
Saldo de provisão para perdas esperadas com crédito, temporariamente não dedutível	12.935
Total	78.612
Crédito tributário constituído - Imposto de renda - 25%	19.653
Crédito tributário constituído - Contribuição social - 15%	11.792
Total	31.445

c. Movimentação do crédito tributário

	31/12/2025
Saldo inicial do crédito tributário	29.848
Constituição - lucros acumulados (Adoção inicial Res. BCB nº352)	3.315
Constituição	1.508
Utilização no período	(3.226)
Saldo final do crédito tributário	31.445

d. Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor Contábil	Valor Presente
2026	9.968	9.333
2027	4.113	3.393
2028	4.113	3.010
2029	3.776	2.453
2030	3.838	2.210
2031	4.072	2.074
2032	1.565	704
Saldo final do crédito tributário diferido	31.445	23.177



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a média da taxa de captação de 13,08% da taxa média de DI futuro.

8 Outros créditos

	31/12/2025
Outros valores a receber (Cartões)	17.631
Tributos a recuperar	13.026
Depósito Judicial	1.389
Comissões a receber	1.402
Despesas antecipadas	971
Adiantamentos a fornecedores	288
Adiantamentos e antecipações salariais	130
Total	34.837
Circulante	33.4448
Não circulante	1.389

9 Investimentos em participações em controladas

Apresentamos abaixo os investimentos da Companhia, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

a. Composição do investimento

Entidade controlada	Localização da sede	Ativo Total	Passivo Total	Patrimônio líquido ajustado	Capital Social	Lucro (Prejuízo) líquido	Valor dos investimentos	Resultado 2º Semestre de 2025	Resultado em 31/12/2025
Cal Insurance Corretora de Seguros LTDA	São Paulo - Brasil	2.731	433	2.298	10	4.855	5.540	3.242	8.097

b. Participação do capital

Controlada direta	Ramo de atividade	Participação no capital (%)
Cal Insurance Corretora de Seguros LTDA	Corretora de seguros	100%

c. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 01/01/2025	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2025
Cal Insurance Corretora de Seguros LTDA	5.443	8.097	(8.000)	5.540

10 Imobilizado

a. Composição

	Taxa anual	31/12/2025		
		Custo	Depreciação acumulado	Total
Móveis e Utensílios	10%	465	(230)	235
Equipamentos de processamento de dados	20%	9.647	(9.303)	344
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	287	(239)	48
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	701	(698)	3
Imobilizado em andamento		245	-	245
Total		11.345	(10.470)	875

b. Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/01/2025	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Móveis e Utensílios	281	-	(46)	235
Equipamentos de processamento de dados	637	-	(293)	344
Máquinas e equipamentos	70	-	(22)	48
Benfeitorias em propriedades de terceiros	7	(4)	-	3
Imobilizado em andamento	241	4	-	245
Total	1.236	-	(361)	875

11 Intangível

a. Composição

	Taxa anual	31/12/2025		
		Custo	Amortização acumulado	Total
Licenças de software	10%	13.038	(6.892)	6.146
Intangível em andamento	-	4.051	-	4.051
Total		17.089	(6.892)	10.197

b. Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Licenças de software	8.173	19	(2.046)	6.146
Intangível em andamento	-	4.051	-	4.051
Total	8.173	4.070	(2.046)	10.197

12 Obrigações por empréstimos

Modalidade	Encargos	Vencimento	31/12/2025
Capital de Giro	3.34% a.a.	nov-26	14.011
Total			14.011
		Circulante	14.011
		Não circulante	-

a. Reconciliação do fluxo de caixa de empréstimos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.292
Juros provisionados	3.242
Pagamento de juros	(6.867)
Amortização de principal	(8.656)
Fluxo de caixa - Atividades operacionais e financiamento	(12.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.011

A Companhia possui, em determinados contratos de empréstimos, cláusulas que requerem a manutenção de indicador financeiro, sendo esse indicador a relação entre a dívida e o patrimônio líquido, com limitador de 3.0x, devendo ser apurado anualmente e mantido durante toda a vigência da operação. Além disso, existem outras cláusulas, tais como: vedação à reorganização societária e alteração do objeto social, manutenção da regularidade com os tributos e não sofrer protestos legítimos, contendo também cláusulas genéricas e usuais, com outras condições de vencimento antecipado.

Essas cláusulas restritivas financeiras são monitoradas periodicamente pela Administração da Companhia, destacando-se que em 31 de dezembro de 2025 a Companhia entrava-se adimplente no cumprimento de todas as exigências.

b. Indicadores financeiros

Ano	Saldo empréstimos	Patrimônio Líquido	Quociente
2025	14.011	96.777	0,14
2024	29.102	74.611	0,39
2023	40.666	57.915	0,71

13 Obrigações por transações de pagamento

	31/12/2025
Credenciados a pagar lojistas	65.976
Obrigações a pagar bandeira	222.530
Total	288.506



Valores de transações de pagamentos de compras com a utilização dos cartões de crédito emitidos Companhia, a serem pagos aos estabelecimentos comerciais participantes do arranjo de pagamento administrado pela bandeira Visa e próprio.

14 Sociais e estatutárias

Refere-se à provisão para pagamento de participações nos lucros e resultados ("PLR"), no valor de R\$1.059.

15 Fiscais e previdenciárias

	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social	9.615
PIS/COFINS	383
ISSQN	121
Outros	532
Total	10.651

16 Credores diversos

	31/12/2025
Credores Diversos (a)	20.542
Valores a pagar de sociedades ligadas	6.334
Seguros e assistências a repassar (b)	3.703
Pagamentos a efetuar	2.745
Repasse de cartão	240
Total	33.564

(a) Referente a fornecedores, consumo e serviços diversos.

(b) Referente aos repasses de prêmios de seguros e assistências às seguradoras, oriundos dos valores pagos pelos portadores.

17 Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributário decorrentes do curso normal de suas operações. As provisões para contingências são constituídas com base em pareceres de assessores legais, fundamentados em modelos de mensuração que buscam refletir a melhor estimativa de saída de recursos. Esses valores são calculados individualmente, por processo e com base nos valores históricos.

O reconhecimento dessas obrigações é revisado periodicamente, assegurando que os montantes provisionados sejam consistentes com a probabilidade de perda provável.

	31/12/2025
Provisões trabalhistas	236
Provisões cíveis	1.786
Total	2.022



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025

Abaixo é apresentado a movimentação das contingências das provisões e classificação por natureza.

	31/12/2025			
	Trabalhista	Cível	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025	296	1.847	743	2.886
Constituições / (Reversões)	(60)	(61)	(743)	(864)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	236	1.786	-	2.022

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social era representado por 56.833.796 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2025		
Sócio	Participação	Cotas	Valor
Gabriela participações e Empreendimentos S/A	100%	56.833.786	56.833.786

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% calculado com base no lucro líquido do exercício após a absorção de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal.

19 Receita de serviços de pagamentos e outros serviços

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Taxa de anuidade de cartões	24.482	57.830
Taxa Intercâmbio	7.314	18.668
Receita de comissionamento seguros e assistências	1.074	2.566
Taxa administração lojista	1.021	2.314
Outros	343	1.054
Total	34.234	82.432

20 Despesas de pessoal

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Proventos	(12.149)	(23.072)
Encargos fiscais	(2.576)	(4.924)
Benefícios	(1.137)	(2.134)
Diretoria e conselho	(521)	(957)
Outros	(341)	(632)
Total	(16.724)	(31.719)



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025

21 Despesas administrativas

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(12.235)	(23.324)
Processamento de dados e telecomunicações	(5.390)	(11.054)
Serviços do sistema financeiro	(1.634)	(3.352)
Depreciação e amortização	(1.097)	(2.407)
Outras despesas	(1.435)	(2.682)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(1.208)	(1.892)
Propaganda, promoções e publicidade	(314)	(549)
Total	(23.313)	(45.260)

22 Despesas tributárias

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
ISSQN	(873)	(1.891)
PIS/COFINS	(3.622)	(8.350)
Outros	(16)	(26)
Total	(4.511)	(10.267)

23 Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Receitas/ (Despesas) de intercompany	7.048	13.429
Ganhos/(Perdas) operacionais	3.870	3.524
Reversão/provisão cíveis e trabalhistas	879	864
Reversão de outras provisões	(78)	(78)
Total	11.719	17.739

24 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.619	28.145
Diferenças temporárias de provisões - adições, líquidas das exclusões	115	1.537
Diferenças permanentes - adições, líquidas das exclusões (*)	(5.264)	(10.229)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(1.271)	(5.836)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	3.199	13.617
Ajuste da base do diferido	-	(122)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.174)	(5.341)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(413)	(1.719)

25 Transação com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas, foram realizados em condições acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes das operações e a periodicidade das transações dadas as suas características. Tais transações não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados. Abaixo estão listadas as operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

	Calcenter Calçados Ltda	Calcred financeira	Insurance	2025
Ativo				
Contas a receber	920	13.626	-	14.546
Aplicações financeiras	-	20.772	-	20.772
Investimentos	-	-	5.540	5.540
Total ativo	920	34.398	5.540	40.858
Passivo				
Credenciados (a)	65.721	-	-	65.721
Outras contas a pagar	1.595	15.365	242	17.202
Total passivo	67.316	15.365	242	82.922
Receitas/(Despesa)				
Centro de serviços compartilhados	(16.684)	(12.464)	-	(29.148)
Receita com investimento	-	-	8.097	8.097
Receitas taxa de cartão	2.358	-	-	2.358
Outras receitas /(despesas)	(661)	-	-	(661)
Total resultado	(14.987)	(12.464)	8.097	(19.354)

- (a) São valores a curto prazo, correspondentes às compras realizadas através dos cartões de crédito da Calcard pelos clientes nas lojas da parte relacionada Calcenter Calçados Centro Oeste Ltda.

26 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Calcard S.A., Instituição de Pagamentos e administradora de cartões de crédito fundada em 2007, obteve, em 27 de novembro de 2024, autorização para operar como instituição de pagamento nas modalidades de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago e credenciador. Com essa autorização, a empresa consolidou sua posição no conglomerado prudencial T3. A Calcred S.A. (CFI – Crédito, Financiamento e Investimento), constituída em maio de 2021, integra esse conglomerado com o propósito de oferecer soluções financeiras inovadoras aos seus clientes, promovendo sua saúde financeira. Ambas as instituições são denominadas, em conjunto, como “OUZE”.

a. Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da OUZE, está fundamentada em um conjunto de políticas, estratégias, processos e metodologias voltados à identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essa estrutura encontra-

-se em constante aprimoramento, buscando a adoção das melhores práticas de mercado, de forma compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e o nível de exposição aos riscos assumidos.

São realizados testes de estresse periódicos, com objetivos previamente definidos, voltados à avaliação prospectiva de potenciais impactos adversos, bem como análises de sensibilidade que permitem mensurar os efeitos decorrentes de variações em parâmetros relevantes específicos sobre o capital e os resultados da OUZE.

A estrutura compreende as áreas de Riscos Financeiros, Riscos Não Financeiros, Compliance, Controles Internos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Combate do Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT) e Gestão de Capital, atuando com a missão de assegurar o pleno cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades de intermediação financeira. Para tanto, realiza o monitoramento contínuo da regulamentação interna e externa, presta suporte às áreas da OUZE para o adequado atendimento regulatório, bem como promove a revisão e a divulgação de normas internas.

No âmbito de PLD/CFT, são monitoradas tanto as propostas de clientes em potencial quanto as transações e movimentações atípicas ou suspeitas, por meio de processos estruturados e alinhados às melhores práticas de mercado.

b. Riscos operacionais

Define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se nestes eventos o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes.

A estrutura de controle e gerenciamento do risco operacional e controles internos é independente das unidades de negócios e suporte, sendo responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e da eficácia de controles internos, cobrindo riscos como interrupção de sistemas e serviços e fraude externa. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios e de suporte (primeira linha), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados no Fórum Técnico de Riscos Operacionais e Controles Internos e no Comitê de Riscos, quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

c. Risco de crédito

Define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira. A Empresa e sua controlada promove ações significativas no Departamento de Crédito e Cobrança, as quais visam a reduzir gradativamente a inadimplência.

A empresa e sua controlada somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito, a análise de exposição de nível de crédito está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

d. Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição e o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A gestão da metodologia baseada em perdas de valor econômico e de resultado de intermediação financeira, denominadas Delta EVE e Delta NII para cálculo de requerimento de capital, tem como características evidenciar as diferenças entre a gestão e o controle de Risco de Mercado da Taxa de Juros da gestão e o controle do IRRBB.

O monitoramento da exposição ao risco se dá com base na volatilidade de mercado que é possível estimar a perda máxima de uma carteira, dado um intervalo de tempo e um índice de confiança.

O conglomerado acompanha o mercado e suas oscilações de forma permanente, de modo que para minimizar este risco procura se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando como principal mecanismo o gerenciamento das taxas de juros e contratação de empréstimos quando aplicável.

(i) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, e impostos parcelados sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

Na data-base de 31/12/2025, a simulação de um cenário de elevação das taxas de juros indicou perda estimada de R\$ 1.799 no resultado de intermediação financeira da Instituição em um horizonte de 12 meses.

(ii) Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em transação regular entre participantes do mercado na data de mensuração. A hierarquia de valor justo classifica os instrumentos financeiros em três níveis:

- Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos.



Docusign Envelope ID: B83C8FF6-660A-4864-8AEF-FC2F8B8D14E5



CALCARD S.A. - Instituição de Pagamentos
*Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025*

- Nível 2: Preços observáveis em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou precificação baseada em modelos com parâmetros observáveis.
- Nível 3: Preços não observáveis no mercado, estimados a partir de técnicas de avaliação que utilizam premissas internas e metodologias aceitas de precificação.

e. Gestão de Capital

Em 31 de dezembro de 2025 a Calcard S.A. Instituição de Pagamento (CNPJ 08.611.734) foi aprovada como instituição regulada pelo Banco Central do Brasil. Em razão da mencionada autorização, conforme dispõe a Resolução CMN nº 4.950, a Calcard IP passa a integrar, juntamente com a Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (CNPJ 37.122.487), um conglomerado prudencial, uma vez que ambas as instituições possuem controle societário comum, administração comum e interrelação entre seus respectivos. Sendo a Calcard S.A. IP é a líder do conglomerado Prudencial tipo 3.

O objetivo do gerenciamento de capital é assegurar a adequação de capital através do controle e monitoramento da posição de capital, da avaliação da necessidade de capital tendo em vista os riscos incorridos e os objetivos estratégicos; e do planejamento de capital para atender a futuros requerimentos de capital regulatório com base nas projeções de crescimento da empresa, exposição ao risco, movimentos de mercado e outras informações relevantes.

Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório. No nível executivo, o comitê de Finanças é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, bem como revisar, monitorar e recomendar planos de ação.

	31/12/2025
Patrimônio de Referência	112.835
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	603.014
Risco de Crédito - RWACPAD	428.633
Risco Operacional - RWAOPAD	174.381
Índice de Basileia	18,71%

27 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação desta demonstração financeira.

Rosangela Sutil

Diretor Financeiro Executivo

Alexandre Henrique Martins

Contador - CRC 1SP-207559/O-6